

## DEPOIMENTO

Não raro se ouve a opinião de que o papel desempenhado pelas assembleias municipais traduz bem a imperfeição do modelo autárquico de governação. Para muitos, as assembleias, que o eleitor comum espera que definam o essencial da acção política local, afinal não passam de câmaras de legitimação formal da actuação camarária. Nesta visão, o *poder* local tem residência efectiva nas figuras do presidente da câmara e da câmara municipal.

Lamego viveu, no período em que venho exercendo funções como presidente da sua assembleia municipal, uma experiência que bem pode significar o contrário dessa asserção. Pese embora a minha convicção de que a democracia local só teria a ganhar se a lei fizesse da assembleia municipal um verdadeiro parlamento, levando às últimas consequências o princípio da responsabilidade política perante ela do presidente da câmara e da câmara, da qual dependesse a subsistência dos mandatos; e apesar da existência em Lamego de uma maioria absoluta no Executivo (o que em teoria diminui a importância do órgão fiscalizador), a assembleia soube ser o órgão de controlo da actividade municipal, mas também a instância onde aconteceu o saudável confronto político, estímulo para algumas correcções de percurso numa comunidade onde o espaço público não tem tradicionalmente grande expressão, não abundando por isso os foros de debate e de participação, mas também as oportunidades para o contraditório.

Porque me pedem, neste curto depoimento, que saliente os aspectos positivos do mandato, o que acabei de registar é, de longe, o factor que mais valida este mandato da assembleia municipal. Conta algumas correntes, direi que a diversidade da sua composição, ao reunir presidentes das juntas das freguesias urbanas e rurais, e munícipes motivados à

participação por razões muito distintas, em tantos casos nada vinculados às directivas das forças partidárias locais, permite que aí se encontre um mosaico alargado de opiniões sobre os temas mais relevantes para a vida das diferentes comunidades que constituem o concelho.

Pouco tem sido o contacto com outros presidentes de assembleias municipais. Mas suspeito que tenham tido uma experiência idêntica à minha, sobretudo se, como eu, dirigirem uma assembleia de um concelho do interior do País. Passado o tempo dos excessos de partidarismo, é comum verificar que membros eleitos em listas do partido com responsabilidades no governo da República, censuram na assembleia municipal, sem inibições, opções políticas governamentais quando se confrontam com os interesses da sua terra. Sinto isso como um bem, uma saudável dinâmica que pode contribuir, por modesta que seja essa contribuição, para a vivificação do interior.

Pretende-se também o meu breve testemunho sobre os aspectos negativos. Alguns têm raízes essencialmente domésticas, são do domínio da logística e pouco interesse terá o seu registo para quem pretenda estudar o que representa hoje o poder local em Portugal. As dificuldades mais relevantes, que se prendem com o apoio deficitário ao funcionamento do órgão, creio que se resolverão com uma maior atenção por parte do executivo municipal e do presidente da câmara - ao qual cabem os poderes de superintendência nos recursos do município -, para a criação de condições de exercício pleno das funções permanentes como são as do Presidente, da Mesa da Assembleia, e como devem ser as dos grupos municipais organizados na actividade de preparação das sessões. Esta insuficiência faz-se sentir designadamente no desempenho de uma incumbência que reputo fundamental, qual seja a do controlo preliminar (em especial, o controlo de

legalidade), espécie de fase de saneamento das propostas de deliberação aquando da sua apresentação para agendamento.

No plano das insatisfações, pesa ainda o pouco aproveitamento da figura das comissões sectoriais, de carácter permanente ou eventuais, que acompanhem de perto os projectos mais transformativos (como se diz agora, *estruturantes*) do concelho, acentuando dessa forma a vertente fiscalizadora da actividade do executivo por parte da assembleia. Mas pesa negativamente, sobretudo, a sentida falta de participação das populações, o alheamento em relação aos que se passa nas sessões, mesmo naqueles momentos em que se discutem assuntos importantes para o futuro das comunidades, fruto de uma cultura alérgica ao envolvimento político fora dos actos eleitorais, que tarda a inverter-se.

***José Mário Ferreira de Almeida***

*Presidente da Assembleia Municipal de Lamego*